



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Atividades - 2016

Prestação de Contas Anual do Governador

ANEXO IV

12.9. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 22.214

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

1. Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;
2. Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;
3. Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;
4. Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;
5. Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

- I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;
- IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;
- VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;
- IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;
- XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;
- XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;
- XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e transporte de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto orgânico, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	750
Cedidos – fora GDF	16
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	2 ¹
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	682 ²
Estatutário - afastado	13 ³
Sem vínculo – em exercício	42
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	1492
Total ativos - afastado	13

Observações: 1 – 01 servidor requisitado fora GDF e 01 servidor requisitado dentro GDF
 2 – 03 servidores requisitados fora GDF e 10 servidores requisitados dentro GDF
 3 – 01 servidor requisitado dentro GDF

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES / SLU

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos existentes em janeiro/16 (1.636) e em dezembro/16 (1.511) houve redução de 7,64%.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU como de cedidos a outros órgãos o que era de se esperar uma vez que o último concurso público foi realizado em 1990.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	81.146	28.384	0	0
6205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO--DISTRITO FEDERAL	81.146	28.384	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	316.123.032	375.380.623	369.784.224	331.503.381
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	316.123.032	375.380.623	369.784.224	331.503.381
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	1.500.000	0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	1.500.000	0	0	0
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	572.231	572.231	572.231
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	572.231	572.231	572.231
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2.080.000	1.048.938	0	0
0003 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.080.000	1.048.938	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	320.000	1.228.920	798.215	27.176
0005 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S--DISTRITO FEDERAL	160.000	907.751	529.310	26.766
0006 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S - DISTRITO FEDERAL	160.000	158.240	132.410	410
0007 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S- CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S- BRAZLÂNDIA	0	162.929	136.495	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.010.000	224.000	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	1.010.000	224.000	0	0
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000	0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	360.000	90.934	90.934	90.934
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	360.000	90.934	90.934	90.934

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	30.000	0	0	0
5332 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR-- DISTRITO FEDERAL	30.000	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE-- SAMAMBAIA	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.060.000	0	0	0
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.060.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	324.674.178	393.150.811	385.479.002	344.581.018

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Recuperação dos resíduos coletados	%	8,07	31-dez-14	Anual	9	11	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
Taxa de disposição final em aterro sanitário	%			Anual	80	100	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4

O indicador “Taxa de recuperação dos resíduos coletados” atingiu o índice de 8,92%, embora as dificuldades enfrentadas nos contratos de prestação de coleta seletiva, e atrasos na construção de Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR’s.

O indicador “Taxa de disposição final em aterro sanitário” atingiu o índice de 1%, devido à decisão governamental de inauguração do aterro em 17 de janeiro de 2017. Alimentos vencidos gerados em supermercados foram destinados em aterros sanitários localizados fora do DF.

Das atividades realizadas pelo SLU no ano de 2016, a que representou maior impacto na gestão dos resíduos sólidos do Distrito Federal – DF foi a contratação do Lote II dos serviços de coleta convencional e limpeza urbana, pondo fim a um contrato emergencial para a prestação temporária dos serviços, até que o processo fosse concluído.

Houve significativas alterações neste contrato comparado aos outros 2 (dois) lotes com serviços similares no que diz respeito ao cumprimento da universalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Para as regiões de difícil acesso, como o Sol Nascente e o Pôr do Sol situados na Ceilândia, foram contratados veículos especiais de pequeno porte para acessar as vias estreitas da localidade. Ainda na mesma região, para o adequado acondicionamento dos resíduos foi contratada instalação de 20 (vinte) containeres subterrâneos, posteriormente denominados “papa-lixo”, de tal forma que a população das vielas possa depositar os resíduos da coleta convencional evitando sua disposição em passeios públicos provocando problemas ambientais, sanitários e de saúde pública.

O SLU inaugurou, em dezembro de 2016, a instalação de 10 “Papa Lixo” no Bairro Sol Nascente. Estes containers semi-enterrados possibilitam o armazenamento dos resíduos de forma segura e limpa, minimizando os riscos de proliferação de vetores na região, além de otimizar a logística de coleta através da diminuição do número de viagens e do tempo médio de coleta. Esse sistema apresenta vantagens como:

- Coleta em áreas de difícil acesso;
- Lixo fica armazenado de forma segura. Não há risco de ser arrastado pela chuva ou rasgado por animais;
- Redução do mau cheiro do lixo e da proliferação de vetores e outros bichos, como ratos e baratas;
- Os equipamentos utilizados no sistema de contêineres semi-enterrados são mais silenciosos e, por isso, a coleta poderá ser efetuada também em horários noturnos, sem incômodo para a população e sem retenção do trânsito.

Foto 1: Container semi-enterrado instalado no bairro Sol Nascente – Ceilândia / DF



Ainda neste mesmo contrato foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ganho na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Houve também um significativo aumento de varrição mecanizada das avenidas. Estas foram algumas das novidades introduzidas no primeiro edital de serviços de manejo dos resíduos e limpeza pública elaborado na atual administração.

Foto 2: Pintura mecanizada de meios-fios



A coleta seletiva operada por catadores de materiais recicláveis também foi introduzida. A contratação de organizações de catadores para realizarem a coleta seletiva de materiais recicláveis foi uma nova forma de inserção sócio produtiva da categoria de catadores e, pode vir a ser uma estratégia para o atendimento em outras Regiões Administrativas – RAs. A contratação de 4 (quatro) organizações (associações e cooperativas) de catadores para retomarem a execução dos serviços da coleta seletiva em 5 (cinco) das 14 (quatorze) Regiões Administrativas – RAs que tiveram estes serviços temporariamente suspensos também geraram um impacto social. Estes trabalhos tiveram início em julho de 2016. O tipo, a forma e as organizações contratadas, representaram uma tentativa de alteração do modelo vigente até então. O contrato exige uma quantidade mínima de resíduos a serem coletados nos roteiros definidos, que devem ser cumpridos obrigatoriamente nos dias e horários estipulados. Dando continuidade à reformulação destes serviços, o SLU baseado em estudo de consultoria contratado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA está revendo as localidades a serem inicialmente cobertas em todas as Regiões Administrativas – RAs. Esta reformulação em andamento visa priorizar em cada RA a coleta seletiva em regiões comerciais e as verticalizadas onde a geração de materiais recicláveis é maior. Este estudo deve ser concluído até meados do ano 2017.

As melhorias operacionais no Aterro Controlado do Jóquei e as obras para a implantação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB prosseguem e, está em andamento o processo de discussão no governo e nas cooperativas de catadores sobre a transição gradual da disposição dos rejeitos assim que as obras do ASB forem concluídas. Foi informatizado o sistema de pesagem nas balanças da Usina de Tratamento Mecânico Biológico do P-Sul e do Aterro Controlado do Jóquei.

Algumas Instalações de Recuperação dos Resíduos foram licitadas no segundo semestre de 2016.

Quanto à educação ambiental e mobilização social para a colaboração e a manutenção da limpeza urbana foram realizadas em 2016 cerca de 135 atividades que atenderam a um público de 21.635 pessoas. Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Instituiu-se um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de difundir nas escolas do DF a educação para a Água e o Saneamento Ambiental, constituído pelos seguintes órgãos: a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a Escola da Natureza, a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEE-DF e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

Foram realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU visitas a todas as administrações regionais para discussão da importância da implantação dos Postos de Entrega Voluntária – PEV e realizada atualização do número necessário destes equipamentos e suas localidades, sendo identificada a necessidade de instalação de 62 (sessenta e dois)

PEV's. Foi elaborado o projeto padrão básico e os projetos específicos de acordo com a área a ser utilizada para 10 (dez) unidades, com o apoio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Foram contratadas 6 (seis) unidades de PEV em 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	200.000	20.000	0	0
0001 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	200.000	20.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	200.000	20.000	0	0

Esta ação previa, já no ano 2016, o pagamento por serviços prestados pelas organizações de catadores, face à triagem de resíduos e a destinação adequada dos materiais recicláveis diferentemente do aterramento. Devido ao atraso na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, esta ação não teve execução orçamentária e financeira.

No ano 2017, o quantitativo de resíduos triados pelas organizações de catadores, não sendo aterrada, será compensada às organizações, como forma de incentivo e remuneração ao importante trabalho de triagem de resíduos. Já foi lançado o edital com chamada pública para cadastramento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, constituídas por catadores que tenham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, para posterior contratação visando à prestação de serviços públicos de recuperação de resíduos sólidos, compreendendo a triagem, prensagem, enfardamento e a comercialização. Pretende-se assim o aumento progressivo da reinserção dos materiais recicláveis no mercado e a redução dos rejeitos enviados ao Aterro Sanitário de Brasília.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	900.000	1.141.564	722.422	656.941
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	900.000	1.141.564	722.422	656.941
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	0	0	0
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	210.000	117.322	117.322	117.322
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	210.000	117.322	117.322	117.322
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	140.648.660	139.168.660	125.412.812	125.412.812
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	140.648.660	139.168.660	125.412.812	125.412.812
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	12.936.259	12.389.659	12.319.396	12.319.396
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	12.936.259	12.389.659	12.319.396	12.319.396
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	384.000	234.144	224.114	224.114
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	204.000	204.000	201.755	201.755
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000	30.144	22.359	22.359
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.717.250	5.487.483	5.115.243	4.568.533
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.717.250	5.487.483	5.115.243	4.568.533
TOTAL DO PROGRAMA 6001	160.896.169	158.538.832	143.911.309	143.299.118

Conforme previsto, houve uma primeira reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana – SLU unindo alguns núcleos operacionais e aumentando o contingente de gestores com funções gratificadas para reforçar as ações de gestão e planejamento do SLU.

Considerando o avanço da implantação de novas atividades inovadoras, como controle informatizado, operação do aterro sanitário e o reduzido quadro de pessoal técnico, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU necessita realizar novas adequações em sua estrutura e realizar concurso público para o atendimento adequado de suas necessidades.

As despesas administrativas não sofreram grandes alterações em relação ao ano 2015, excetuando-se os custos com materiais de escritório e de limpeza que tiveram grande impacto, com significativa redução devido às ações educativas, sobretudo com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Ocorreu aumento dos contratos firmados pelo SLU, principalmente, devido à diversificação das atividades de controle e fiscalização dos serviços prestados. Foram adquiridas novas balanças, sistemas de informatização dos serviços, entre outros.

No que diz respeito à gestão das pessoas, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU realizou um recadastramento de todos os seus servidores tanto os que estão prestando serviços na autarquia como os que estão cedidos a outros órgãos, para tomar as medidas necessárias para a reorganização e redistribuição em função da realidade encontrada.

O perfil do servidor concursado originalmente era para a execução de serviços operacionais. Com a inexistência da prestação de serviços operacionais pelo SLU e a necessidade de desenvolvimento de planejamento, modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle torna-se necessário a realização de concurso público para atender às demandas da autarquia.

Foi ainda implantado um controle de acesso ao prédio da administração e melhorados os acessos dos prédios das unidades operacionais.

No que diz respeito aos recursos humanos responsáveis pela limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos no Distrito Federal, vale ressaltar que tem havido uma constante redução do número de servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU como também de trabalhadores terceirizados por meio das empresas contratadas. Contribuiu para esta redução o cumprimento do estabelecido no Decreto Governamental nº 36.757 de 16 de setembro de 2015 que estipulou em 25% (vinte e cinco por cento) a redução do valor global de cada um dos contratos corporativos com todos os órgãos do GDF e, em 20% (vinte por cento) com os cargos comissionados em funções de confiança. Foi ainda implantado sistema de contagem de pessoal que atua em diferentes serviços contratados pelo SLU.

O SLU adquiriu os seguintes materiais permanentes no exercício 2016: 10 poltronas giratórias; 1 sistema integrado de segurança eletrônica; 2 estufas; 1 fogão; 4 micro-ondas; 60 cadeiras; 12 conjuntos de mesa para refeitório; 2 geladeiras e 48 livros de Direito.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	162.000	133.650	14.834	14.834
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	162.000	133.650	14.834	14.834
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	4.800.000	4.822.215	4.822.215	4.401.635
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	4.800.000	4.822.215	4.822.215	4.401.635
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	6.485.626	2.485.688	1.567.423	1.567.423
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	6.485.626	2.485.688	1.567.423	1.567.423
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	850.000	2.482.316	2.050.732	1.985.528
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	850.000	2.482.316	2.050.732	1.985.528
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12.297.626	9.923.869	8.455.204	7.969.420

São liquidadas despesas com Requisições de Pequeno Valor – RPV ao TRT e ao TJDF, em cumprimento a decisões judiciais.

É realizada a contribuição mensal ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em valor equivalente a 1% (um) por cento, das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, conforme inciso “III” dos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715, de 25/11/1998.

O Art. 139 da LC 840/2011 dispõe que após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo. As licenças não usufruídas serão pagas em pecúnia quando da aposentadoria do servidor.

O SLU faz o pagamento de despesas com ressarcimento a outros órgãos quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes. São realizados pagamentos mensais de pensão indenizada em cumprimento a decisões judiciais.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU tem trabalhado no recolhimento e acúmulo de pneus e, ainda não obteve um acordo satisfatório sobre a logística reversa destes resíduos. É necessário que haja um esforço no sentido de viabilizar uma parceria de acordo com a previsão legal. O SLU recebeu e recolheu em 7 das suas unidades operacionais de janeiro a dezembro de 2016, 3.925,5 toneladas de pneus, sendo que a maioria, cerca de 80% de pneus pequenos com aproximadamente 6 kg cada, e a minoria, cerca de 20% de pneus grandes com aproximadamente 55 kg cada. Considerando esta proporção foram recolhidos, recebidos e destinados à reciclagem cerca de 537.675 pneus, sendo 523.400 de pequeno porte e 14.275 pneus de grande porte. Estes serviços são de responsabilidade dos importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes e está em discussão com a RECICLANIP representante da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP um instrumento legal para que o SLU possa prestar legalmente este tipo de serviço prestado e implantar as condições adequadas para a sua realização.

Tabela 2: Recolhimento e depósito temporário de pneus nas unidades do SLU

MÊS	GAMA	BRASÍLIA NORTE	SOBRADINHO	PLANALTINA	PARANOA	RECANTO DAS EMAS	SÃO SEBASTIÃO	TOTAL MENSAL (t)	NO TRIMESTRE (t)
janeiro	112,00	536,00	15,00	9,00	6,00	35,00	2,00	715,00	1.903,50
fevereiro	96,00	231,00	220,00	6,00	8,00	132,00	2,00	695,00	
março	95,00	310,00	43,00	7,00	19,00	14,50	5,00	493,50	
abril	103,00	160,00	8,00			16,00		287,00	813,50
maio	38,00	162,00		6,00		44,50		250,50	
junho	44,00	211,00		6,00	6,00	9,00		276,00	
julho	30,00	151,00	23,80		3,00	4,00		211,80	601,20
agosto	23,00	159,00	12,00			5,00		199,00	
setembro	19,50	160,00	4,40		2,00	4,50		190,40	
outubro	56,00	102,00		4,80		12,00		174,80	607,30
novembro	39,00	244,00	26,00	6,50				315,50	
dezembro	29,00	88,00						117,00	
Total	655,50	2.182,00	352,20	45,30	44,00	276,50	9,00	3.925,50	
Total anual									3.925,50
Observação: Cada pneu de pequeno porte pesa de 5,5kg a 7,0kg. Pneu de grande porte pesa de 55kg a 80kg.									

Quanto à compostagem houve um significativo acréscimo de composto doado e uma queda significativa na venda. Isso porque foi triplicada a quantidade doada de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas/ano aos agricultores rurais. Além disso, os produtores rurais patronais também foram contemplados com a doação. Há necessidade de revisão deste critério, uma vez que a quantidade demandada superou a quantidade ofertada, no período de plantio da safra.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU participou de diversos eventos de iniciativa própria, de outros órgãos do governo e da sociedade como um todo. Realizou parcerias para apoio à manutenção da limpeza das cidades que se ampliaram com relação às iniciadas em 2015.

Para executar todas as atividades previstas, as receitas tanto por meio do orçamento ordinário não vinculado, Fonte 100, como da Taxa de Limpeza Pública – TLP, Fonte 114, do Serviço de Limpeza Urbana – SLU continuam sendo insuficientes para cobrir as despesas com os serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Assim, no final dos exercícios, em especial para os meses de outubro a dezembro, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem buscado adequar o orçamento para o fechamento do exercício. Ainda assim, o SLU continua com débitos relativos ao Reconhecimento de Dívida do ano de 2014 em valores próximos a R\$ 60.000.000,00. (sessenta milhões). Esses débitos estão sendo reconhecidos pelo SLU para, quando houver os recursos necessários, iniciar o seu pagamento.

O programa de capacitação dos servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e de entidades parceiras continua sem interrupção com atividades realizadas no mínimo 2 vezes ao mês, tendo neste ano de 2016 sido realizadas por meio do projeto “Vem Saber” 23 palestras, sendo 15 delas com temas direcionados à gestão de resíduos sólidos e 8 com temas livres, todas feitas com parcerias de outras instituições do governo como a Agefis, Emater, Inesc, Subsecretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, Corregedoria Geral do DF, como também ministradas por servidores do SLU, que atingiu 1.240 presenças,

com média de 54 presenças/palestra, capacitando 348 pessoas do próprio órgão e convidados, dos quais 27 servidores do SLU conseguiram cumprir a carga horária de 20 horas, preestabelecido para o recebimento de certificado.

O curso sobre “Execução de contratos” direcionado aos servidores que atuam na execução de contratos, teve a presença de 53 servidores, porém somente 27 servidores concluíram o curso e receberam o certificado.

A partir da implantação de balanças eletrônicas, tornou-se necessária a capacitação e atualização dos servidores que manuseiam as balanças para controle de pesagem de resíduos sólidos. Dos 36 servidores convocados, 28 concluíram o treinamento.

Foi realizado Workshop, com a presença de 35 servidores, com a finalidade de abordar temas sobre a operacionalização, fiscalização, implantação e operação das células do Aterro Sanitário de Brasília, previsto para inauguração em 17 de janeiro de 2017.

Com a missão de capacitar os servidores dos órgãos do GDF, a Escola de Governo – EGOV/DF oferece cursos, treinamentos, palestras e seminários. No ano 2016, foram indicados 44 servidores do SLU para participar destas capacitações.

A Escola de Contas do Tribunal de Contas do DF – TCDF oferece cursos que abordam a temática sobre a Administração Pública. No curso “Contratação direta – dispensa e inexigibilidade de licitação” houve participação de 2 servidores do SLU.

Em 18 de abril de 2016, foi assinado contrato, com a participação do governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, no valor de R\$ 3.381.583,89 (três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), para consultoria especializada que apoiará o governo na elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB. O documento está previsto nas Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2010, e auxiliará o poder público no planejamento para soluções de curto, médio e longo prazos para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem urbana. A empresa contratada — Serenco Serviços de Engenharia Consultiva — foi a vencedora da concorrência, e o prazo de execução do contrato previsto foi de 7 (sete) meses.

Ocorreram várias reuniões da Comissão Técnica do PDSB e a Serenco elaborou o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização Social que norteia todo o processo de mobilização da sociedade para o acompanhamento da elaboração dos Planos. Foram discutidos outros assuntos relativos ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, quais sejam os estudos populacionais e a gravimetria dos resíduos sólidos urbanos no DF.

No ano 2016, a publicação no DODF de normas sobre o manejo de resíduos sólidos e outras questões relativas ao SLU deu novo ordenamento jurídico aos seguintes temas:

Consórcio Público - CORSAP

- Portaria nº 02 de 05/10/2016 DODF de 06/10/2016 - Revoga a Portaria nº 01, de 17 de fevereiro de 2016, do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região integrada do Distrito Federal e de Goiás - CORSAP.

Containers

- Instrução Normativa nº 114, de 24/11/2016. DODF de 25/11/2016 - Dispõe sobre a padronização de procedimentos operacionais e dos equipamentos visando à redução dos ruídos gerados durante a coleta pública de resíduos sólidos domiciliares e os a estes equiparados e orienta a população quanto ao correto acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.

A reclamação dos brasilienses sobre o barulho feito pelos 127 caminhões de lixo contratados pelo SLU, em períodos noturno e nas primeiras horas da manhã é antiga. Para resolver essa questão ou ao menos minimizar, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) editou norma obrigando as empresas de coleta a fazerem adaptações aos veículos para eliminar o ruído gerado durante o serviço, que representará a diminuição de 50% dos ruídos, conforme testes realizados.

Essas mudanças são necessárias para adequar o sistema de recolhimento de lixo às regras da Lei do Silêncio. A frota de caminhões de lixo deve estar dentro das normas em até 90 dias. O custo da mudança ficará a cargo das empresas contratadas. As empresas precisam, ainda, adotar protocolo operacional, com orientações do padrão a ser seguido pelos empregados, relacionados à correta manipulação dos equipamentos. Os protocolos serão avaliados pela autarquia.

Resíduos da Construção e Demolição - RCD

– Lei 5.605, de 07/01/2016 - Dispõe sobre a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados nas obras de pavimentação ou com sistemas construtivos em concreto ou argamassa executados ou contratados pelo poder público.

Esta Lei definiu que os projetos, as especificações técnicas e os orçamentos das obras devem prever, sempre que possível, a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados.

– Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, DODF de 21/11/2016 - Regulamenta o art. 28 da Lei 4.704 que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos.

Este Decreto estabelece que o exercício da atividade de transporte de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos é privativo de agente cadastrado e autorizado pelo Poder Executivo.

As alterações fazem parte das novas regras do transporte de resíduos volumosos e da construção civil no Distrito Federal. Quando todas as normas forem cobradas — com previsão de 120 dias —, será preciso ter cadastro no SLU e emitir certificado de licenciamento para o transporte desses materiais.

A medida é importante tanto para a economia nos gastos do governo quanto para o cuidado ambiental da cidade, já que, sem maior controle, muitos materiais são descartados em áreas inapropriadas. A Agência de Fiscalização do DF (Agefis) identificou 897 pontos clandestinos de descarte de lixo em 2015, ano deste levantamento.

Composto Orgânico

– Decreto nº 37.135, de 24/02/2016, DODF de 25/02/2016, que alterou o §1º, do art. 5º do Decreto nº 35.166, de 17/02/2016.

Este Decreto estendeu a doação do composto orgânico, em até 90 toneladas anuais, também aos produtores rurais patronais. Até esta data, apenas os produtores rurais com declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou carteira de produtor familiar tinham direito à doação. Esta medida contribuiu para dar vazão ao estoque de composto orgânico então existente nos pátios de compostagem da Usina de Tratamento de resíduos sólidos do P-Sul.

Grandes Geradores e Preços Públicos

– Lei nº 5.610 de 16/02/2016 DODF de 22/02/2016 - Dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências.

Esta Lei disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos não perigosos e não inertes produzidos por grandes geradores. Não haverá ônus ao grande gerador quando o SLU prestar serviços de coleta, transporte e destinação final de materiais recicláveis separados na origem por grande gerador.

Os grandes geradores são definidos como pessoas físicas ou jurídicas que produzam resíduos em estabelecimentos de uso não residencial, incluídos os estabelecimentos comerciais, os públicos e os de prestação de serviço e os terminais rodoviários e aeroportuários, incluindo os promotores de eventos, cuja natureza ou composição sejam similares àquelas dos resíduos domiciliares cujo volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade autônoma, seja superior a 120 litros.

Nestes casos, a prestação de serviços pelo SLU aos grandes geradores ou às empresas por eles contratadas é remunerada mediante o pagamento de preços públicos definidos em normas de regulação editadas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA.

Posteriormente foram publicadas as seguintes normas correlatas:

– Decreto nº 37.568, de 24/08/2016, DODF de 25/08/2016, que regulamenta a Lei 5.610 de 16/02/2016, e altera o Decreto nº 35.816, de 16/09/2014 (licença para eventos públicos)

– Resolução nº 14, de 15/09/2016 da ADASA, DODF de 16/09/2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.

– Instrução Normativa nº 89, de 23/09/2016, DODF de 26/09/2016, que regulamenta procedimentos no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dispõe sobre as normas a serem observadas pelos grandes geradores de resíduos sólidos e prestadores de serviços de transporte e coleta, bem como pelos responsáveis pela realização de eventos em áreas, vias e logradouros públicos.

Regulação

– Resolução nº 21, de 25/11/2016 da ADASA, que estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Esta Resolução visa adequar os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos às normas de regulação dos serviços prestados.

Centros de Triagem de Materiais Recicláveis

– Decreto nº 37.753, de 01/11/ 2016, DODF de 03/11/2016, que declara de interesse público os projetos e as obras de Centros de Triagem de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, e disciplina os procedimentos e prazos previstos no art. 30, da Lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, e dá outras providências, para os Centros de Triagem localizados na QNP 28 Área Especial Usina, P Sul, Região Administrativa de Ceilândia; na L4 Sul, Avenida das nações, Lote nº 5, Setor de Áreas Isoladas Sul, Asa Sul, Região Administrativa do Plano Piloto; no SIA Trecho 17, Via I 4, Lotes 1660/1700, Região Administrativa do SIA; e no SCIA Q. 09, Cj. 01. Lote 02, Cidade do Automóvel, Região Administrativa do SCIA. No dia 05/10/2016, foram publicados no DODF os requerimentos de licença ambiental simplificada para atividade de Centro de Triagem – CTR para os centros localizados no SIA e SCIA.

Comissão de Ética

– Instrução nº 58, de 30/06/2016 - Constituir no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana a Comissão de Ética com vistas a promover a ética funcional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, além de conduzir os procedimentos susceptíveis de censura ética.

Programa DF Limpo

– Lei nº 5.650, de 01/04/2016 - Estabelece diretrizes para o Programa DF Limpo e dá outras providências., visando a implementação de efetiva fiscalização e cobrança de multa para pessoas que lançarem em ruas, praças, jardins, escadarias e quaisquer áreas e logradouros públicos, no Distrito Federal, lixo de qualquer natureza, como papéis, invólucros, copos, cascas, guimbas, restos e resíduos. Aplicada tanto a transeuntes como àqueles que lançarem lixo através da janela de veículos motorizados ou não, bem como àqueles cidadãos que lançarem lixo das edificações.

Aterro do Jóquei

– Decreto nº 37.130, de 19/02/2016 - Aprova o Plano de Intervenção para encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, e institui Subgrupos de Trabalho para acompanharem a execução das ações estabelecidas no Plano de Intervenção e dá outras providências.

O Grupo de Trabalho – GT criado sob a coordenação da Casa Civil pelo Decreto 37.130 de 19 de fevereiro de 2016 para acompanhar a transição das atividades definidas no Plano de erradicação das irregularidades existentes no antigo lixão do Jóquei não teve uma atuação que seria necessária. A articulação dos diferentes órgãos do GDF entre si e com os catadores de materiais recicláveis tem sido um desafio e há necessidade de sua retomada.

Conlurb

– Decreto nº 37.102, de 03/02/2016 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal e altera o artigo 8º e o artigo 12, do Decreto nº 36.486, de 07 de maio de 2015, que regulamenta o art. 2º, inciso IV e §§ 1º e 2º, da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, que institui o Conselho de Limpeza Urbana CONLURB, e dá outras providências.

O Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb criado pela Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, foi instituído no Distrito Federal pelo Decreto nº 36.486 de 7 de maio de 2015. É um órgão colegiado de natureza consultiva, constituído por 44 (quarenta e quatro) Conselheiros, entre titulares e suplentes, representantes da sociedade civil e do governo de Brasília. O CONLURB tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados, bem como o exercício do controle social a que alude a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014.

O funcionamento do Conselho de Limpeza Urbana do DF – o CONLURB instalado em outubro de 2015, permitiu importantes contribuições para a limpeza do DF. O Relatório de Atividades e a prestação de contas dos anos 2015 foram submetidos ao conselho, analisadas e aprovadas fornecendo importantes contribuições e recomendações. Contribuiu ainda com a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em especial com o Plano de Mobilização Social. Foi submetida ao Conselho a Carta de Serviços do Serviço de Limpeza Urbana – SLU para recebimento de contribuições.

O SLU contratou empresa para a instalação de totens de identificação para as suas unidades operacionais. 27 totens serão instalados, 23 dos quais iluminados, proporcionando maior visibilidade e, de certa forma, importância das unidades do SLU junto à população, já que o encaminhamento de resíduos especiais poderá ser realizado pela população nos Núcleos de Limpeza dotados de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's.

Uma das condicionantes para a licença de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, visto a interferência da atividade com a Escola Classe Guariroba, foi a construção da Escola Classe Guariroba em área mais afastada, às margens da DF- 180, com orçamento do SLU, que foi descentralizado, por meio de convênio, para a Novacap.

Visto o estágio em andamento da obra, a Novacap realiza, ainda, o acompanhamento da construção.

Foto 3: Escola Classe Guariroba



O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) compõe a equipe de órgãos do Governo de Brasília que desenvolve o programa Cidades Limpas. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria das Cidades já realizada no Gama, Itapoã, Paranoá e em parte de Ceilândia.

Lançado em novembro de 2016, o programa executa serviços como recolhimento de lixo, remoção de entulho, tapa-buraco, poda de árvores, roçagem, limpeza de bocas de lobo e de redes de drenagem, além de manutenção de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

No Gama, o SLU recolheu 956,02 toneladas de entulho e volumosos. Além disso, foram varridos e capinados 71.250 km. No período de 7 a 19 de novembro de 2016, atuaram 40 garis por dia.

No Itapoã, a autarquia coletou 824,61 toneladas de entulho e volumosos. De 5 a 10 de dezembro, 42 garis executaram a pintura de meio-fio e a capina diariamente.

No período de 12 a 17 de dezembro foi a vez do Paranoá. O SLU removeu 658,46 toneladas de entulho e volumosos. 89 garis realizaram os serviços de capina e frisagem.

Por conta da extensão de Ceilândia, a ação foi dividida em etapas. Na primeira, realizada de 19 a 23 de dezembro, foram atendidas as regiões da QNQ, da QNR, do Setor O e da Expansão, do Condomínio Privê, do Setor de Indústrias e do Setor de Materiais de Construção. Nessas localidades, o SLU removeu 424,83 toneladas de entulho. Vale destacar o trabalho de duas equipes de pintura mecanizada e 80 garis.

A proposta é desenvolver o programa Cidades Limpas em todas as regiões administrativas (RAs). O diferencial é a parceria dos órgãos para promover o embelezamento das RAs. A Secretaria das Cidades e a Administração Regional fazem o mapeamento prévio, indicando os principais pontos de reclamação da comunidade local. A autarquia realiza a frisagem e pintura de meio-fio, capina, remoção de entulho e de volumosos, além da varrição.

O SLU realizou um leilão com mais de mil itens que estavam em desuso pelo órgão. A venda pública aconteceu em 29 de novembro, às 10 horas, no Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Quadra 1, Conjunto A, Lote 8.

O leilão ofereceu, entre outros produtos, dez CPUs Semp Toshiba, 37 armários, 85 no-breaks, seis prensas hidráulicas, 74 estabilizadores, 8 aparelhos de som, 11 purificadores e uma usina de incineração de detritos. Uma parte do material era sucata.

O valor arrecadado foi entregue à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. O SLU entrará com processo de distribuição de superávit para utilizar esses recursos, a partir de 2017, na compra de materiais, máquinas, móveis e aparelhos necessários às atividades do órgão.

O SLU desenvolve(u) e acompanha(ou) estudos e atividades de interesse da autarquia, entre os quais:

Tabela 3: Atividades e estudos desenvolvidos

Atividade	Estágio
Acompanhamento do Contrato da Adasa com consultoria para o diagnóstico das unidades operacionais do SLU	Realizado
Formação da brigada de incêndio no Aterro do Jóquei	Em andamento
Reforma e adaptação de segurança, para acessibilidade, das unidades do SLU	Em andamento
Elaboração de programas de saúde e segurança do trabalho	Em andamento
Elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Em andamento
Acompanhamento das ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Em andamento
Localização dos grandes geradores (maiores)	Realizado
Estudo de áreas de expansão da coleta	Em andamento
Mapeamento das lixeira enterradas	Em andamento
Rotas da coleta seletiva nos órgãos públicos	Em andamento
Conferência da sobre coleta (convencional e seletiva)	Realizado
Cadastramento das feiras-livres	Realizado

Atividade	Estágio
Georeferenciamento dos equipamentos urbanos e monumentos públicos submetidos à lavagem	Realizado
Mapa de supressão da vegetação no Aterro Sanitário de Brasília	Realizado
Espacialização da lixeiras-papeleiras do DF	Parado
Georeferenciamento de áreas de difícil acesso à coleta	Realizado

O papel da Ouvidoria do SLU é a de conferir a possibilidade de aperfeiçoamentos, reduzindo o prazo médio ideal de atendimento ao cidadão, relacionado à atividade de limpeza urbana, além de ser um interlocutor de conflitos entre a autarquia e os cidadãos. Em 2016 buscou por colaborar com a resolubilidade e a melhoria no atendimento ao cidadão, definindo metas de prazo de atendimento, respondendo às demandas de forma eficiente, auxiliando na otimização de processos, produtos e serviços da autarquia.

Como resultado, foram implementadas algumas ferramentas de auxílio ao usuário dos serviços do SLU, como:

- Implantação da Carta de Serviços
- Melhoria das informações do site do SLU
- Novo perguntas e respostas freqüentes – FAQ
- Pesquisa de satisfação dos serviços prestados pelo SLU

O SLU conquistou 2 prêmios no 1º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública do Distrito Federal:

- a) Melhor Ouvidoria na categoria entidades (Administração Indireta), com a prática Ouvidoria Junto – De Olho na Coleta (realização de ouvidorias itinerantes nas Administrações Regionais) e;
- b) Ação em parceria, em conjunto com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, com a Pesquisa de Opinião dos serviços prestados pelo SLU, em cumprimento ao Decreto nº 36.419/2015, art. 6º - “Os órgãos e entidades prestadores de serviços deverão realizar, periodicamente, pesquisa de satisfação com os usuários e conhecer a opinião sobre os serviços prestados”.

Os desafios para o ano 2017 incluem a manutenção dos recursos humanos nas equipes, tendo em vista a proximidade da aposentadoria dos servidores do SLU, e a implantação do “Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU”, exigência prevista no contrato de gestão assinado com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Tabela 4: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Comparação 2016/2015 (%)
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	844.186	843.217	818.771	- 2,90
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	2.800	2.466	2.217	- 10,10
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	741.750	706.855	772.268	+ 9,25
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.324.175	1.345.889	1.250.559	- 7,08
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	34.741	25.539	46.723	+ 82,95
Pintura de meios-fios	Km	8.159	4.237	5.349	+ 26,24
Lavagem de abrigos de passageiros e passagens de pedestres	U	119.071	65.311	42.791	- 34,48
Catação de resíduos	Ha	190.573	143.878	150.975	+ 4,93
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	220.456	209.121	229.054	+ 9,53
Resíduos domiciliares aterrados	T	856.571	887.220	830.055	- 6,44
Coleta de animais mortos	U	4.481	2.952	3.281	+ 11,14
Coleta seletiva	T	48.586	57.496	48.673	- 15,35
Transferência de resíduos	T x Km	14.081.692	14.773.167	14.782.791	+0,03

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 2,90% em relação ao ano 2015, com média de 68.230,91 ton/mês, ou cerca de 823 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 3.004.858 habitantes (IBGE – 2016). O decréscimo foi significativo, justificado, em parte, pela crise socioeconômica que assola o País, e por conseguinte, o Distrito Federal. Outro fator relevante foi a melhoria do sistema de controle de pesagem implantado em 2016 com a informatização de todas as pesagens de resíduos coletados.

O serviço está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. No ano 2016, o Lote I compreendeu 49,84% da quantidade total coletada, o Lote II 31,47%, e o Lote III 18,69% da coleta total, percentuais próximos aos registrados no ano 2015.

Tabela 5: Proporção do quantitativo de resíduos domiciliares coletados em cada lote de serviços contratados

	Empresa	Percentual Populacional	Percentual Coleta	Abrangência
Lote I	Sustentare	47%	49,84%	Itapoã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto
Lote II	Valor Ambiental	29%	31,47%	Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Vila Estrutural, Park Way II, Parque Sol Nascente
Lote III	Valor Ambiental	24%	18,69%	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente

Gráfico 1: Quantitativos percentuais por lote de serviços

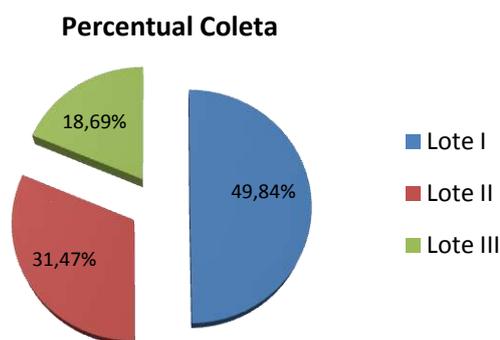
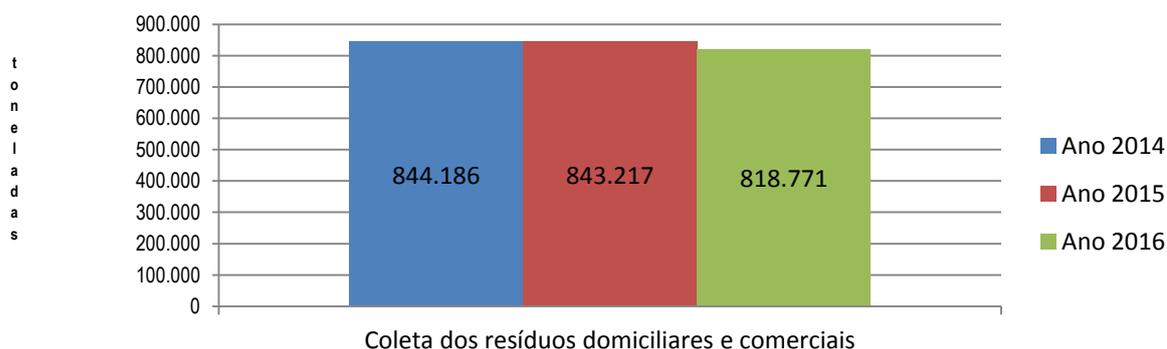


Gráfico 2: Coleta Convencional de resíduos domiciliares e comerciais

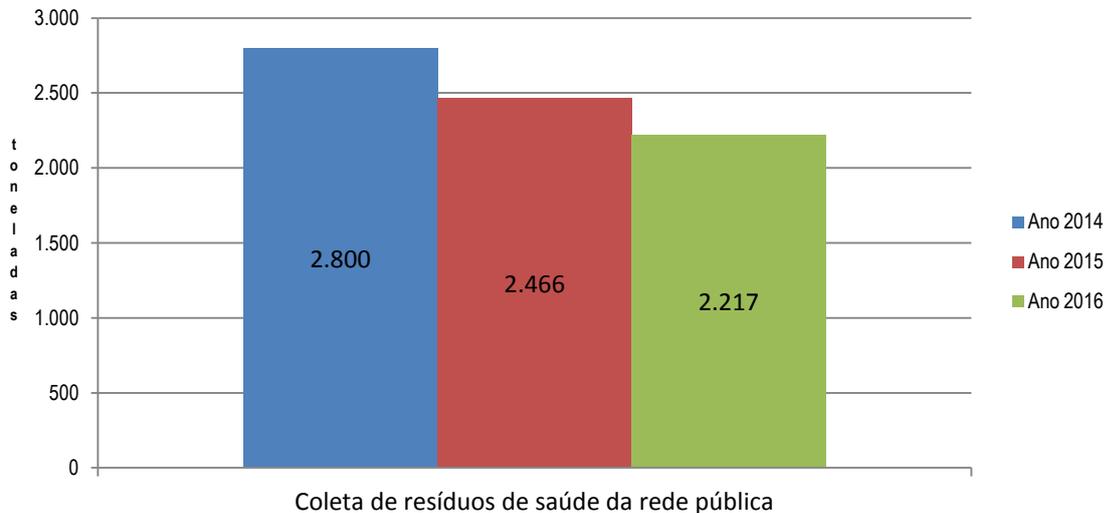


Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 10,10% inferior ao observado no ano 2015, com média de 184,75 t/mês. O resultado pode estar relacionado às orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados e tratados, com custo médio mensal de R\$ 1,66/kg. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o

contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração. As escórias do tratamento, conforme o contrato firmado, são direcionadas para aterro industrial localizado na cidade de Betim/MG.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de saúde da rede pública



Coleta de Resíduos de Remoção

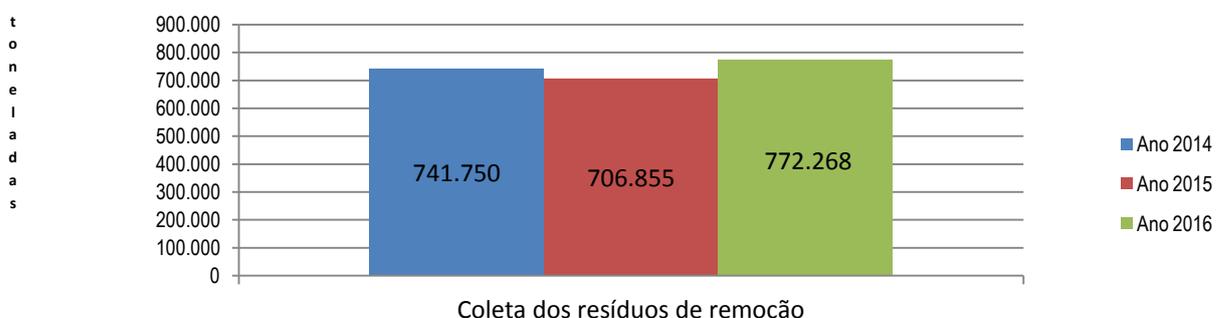
A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas contendo entulhos diversos, apresentou resultado 9,25% superior em relação ao ano 2015. Houve uma grande ação de recuperação de entulhos com muitas casas caídas ou destelhadas na Região Administrativa de Samambaia em outubro de 2016 o que aumentou a remoção de entulhos no Lote III. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos e a NOVACAP.

Os resíduos de remoção são recebidos no Aterro Controlado do Jóquei sem custos diretos na sua destinação, apenas no aporte maior de tratores de esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes.

O quantitativo de 772.268 toneladas anuais foi obtido por meio da coleta mecanizada de entulhos (751.585,45 toneladas, com média de 62.632,12 t/mês), e da coleta manual de entulhos (20.682,27 toneladas, com média de 1.732,52 t/mês), neste último caso com a utilização de caminhões de menor capacidade de carga, para coleta de resíduos ensacados, eventuais galhadas e resíduos volumosos dispostos em áreas públicas. Na coleta mecanizada, utiliza-se equipe com 1 (uma) pá-mecânica e, geralmente, 6 (seis) caminhões basculantes trucados, com predominância no recolhimento de entulhos diversos (resíduos da construção, terras de escavação e resíduos domiciliares) dispostos em áreas públicas.

A coleta mecanizada de entulhos registrou custo médio de R\$ 29,07/t, enquanto a coleta manual de entulhos registrou custo médio de R\$ 74,79/t.

Gráfico 4: Coleta de resíduos de remoção



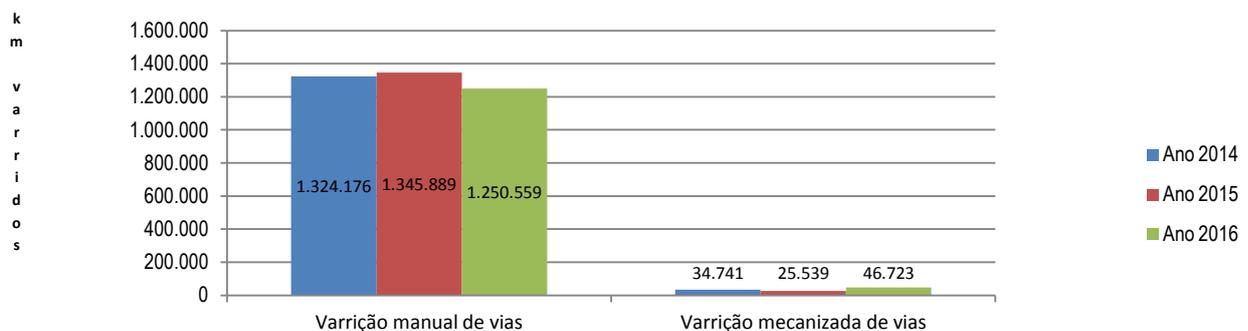
Varrição Manual e Mecanizada de Vias

A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado inferior ao obtido no ano 2015, de 7,08%, com média de 104.213,22 km/mês, embora novos locais agregados aos trechos de varrição, e diminuição da frequência de varrição em outros locais. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2016, cerca de 35,02% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas para o manejo de resíduos e limpeza pública foi utilizado para pagamento da varrição manual. O custo médio da varrição manual registrou R\$ 100,84/km varrido.

A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade e aspecto da limpeza da avenida observado, variando de 1 vez por semana a 2 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a sua instalação como para a manutenção. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas. Esta iniciativa estava sob a responsabilidade da NOVACAP. No entanto, para os novos contratos em elaboração para os serviços a serem firmados a partir de outubro de 2017 foi prevista a instalação, a manutenção e a utilização destas lixeiras por parte das empresas a serem contratadas para os serviços de varrição e limpeza de áreas públicas.

A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou acréscimo nos quantitativos em comparação ao ano 2015, de 82,95%. A utilização de varredoras mecânicas, já em adiantado uso face o final dos contratos de prestação, acarreta quebras excessivas, impedindo seqüência normal destes serviços. Porém no ano 2016 houve maior cobrança na prestação destes serviços junto às empresas contratadas. A varrição mecanizada, quando interrompida nestas situações, é substituída pela varrição manual. No ano 2016 registrou desempenho médio de 3.893,58 km/mês e custo médio de R\$44,57/km varrido.

Gráfico 5: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas

O sistema de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal teve início com a inauguração da Usina de Triagem e Compostagem Dinamarquesa – DANO, em 1963, situada na Avenida L4/Asa Sul, com capacidade de processamento de 100 (cem) toneladas por dia. Acompanhando o crescimento da produção de resíduos, essa usina teve a capacidade ampliada com a construção de mais duas linhas de processamento em 1972, aumentando seu potencial para 250 (duzentos e cinquenta) toneladas por dia. Em 1985, foi inaugurada outra Usina de Triagem e Compostagem Francesa – TRIGA, situada no Setor P-Sul em Ceilândia, com capacidade de processamento de 600 (seiscentas) toneladas por dia.

A última grande modificação no sistema de tratamento de resíduos ocorreu no ano de 2000, com a reforma e adaptações das instalações e equipamentos das Usinas do P Sul em Ceilândia e na L4 Sul da Asa Sul, melhorando a eficiência das usinas e aumentando a capacidade de processamento da Usina da Asa Sul, além da concentração de todo o sistema de compostagem nos pátios da Usina de Ceilândia.

Atualmente, as duas unidades encontram-se em funcionamento, sendo que na L4 Sul de forma bastante precária. A Usina do PSul na Ceilândia vem obtendo uma manutenção razoável de seus equipamentos e tem melhorado o processo operacional inclusive da compostagem em pátios impermeabilizados.

Houve um esforço no sentido de controlar a quantidade de resíduos processados na usina, evitando sobrecarga para melhorar os processos de triagem dos resíduos secos para encaminhamento à reciclagem, de seleção dos resíduos orgânicos para compostagem e, sobretudo de reduzir as quantidades de rejeitos, para a conseqüente melhoria operacional e redução dos custos. No entanto, houve acréscimo do material processado nas usinas, de 9,54%, e conseqüentemente maior produção com a comercialização e doação do composto principalmente em função da melhoria da manutenção que foi implementada.

Foi publicada em 27/08/2015 uma Instrução Normativa nº 64 elaborada em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER ampliando a quantidade de composto doado para os pequenos agricultores de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas ao ano. Isso fez com que houvesse uma maior procura pelo material e liberação do pátio de compostagem conforme demonstrado na Tabela 5. Os rejeitos do processo de compostagem foram utilizados para a cobertura do maciço do Aterro do Jóquei. Novamente deverá ser alterado o valor da doação com a sua redução visando o atendimento da demanda que atualmente superou a oferta.

Tabela 5: Resíduos processados, produção de composto orgânico sem maturação e entrega de composto orgânico maturado na Usina do P-Sul por doação ou venda (em t)

Mês	Resíduos processados nas Usinas	Produção de composto nas usinas	Doação (quant. Entregue – em t)	Venda (quant. entregue)	Doação no trimestre	Venda no trimestre
Janeiro	21.567,82	4.209,80	531,81	123,12	1.431,73	501,08
Fevereiro	17.741,77	3.476,05	595,18	312,62		
Março	20.453,76	3.911,05	304,74	65,34		
Abril	18.634,97	3.695,87	481,76	0	3.336,15	0
Maio	18.300,72	3.523,70	1.260,74	0		
Junho	18.878,72	3.939,11	1.593,65	0		
Julho	18.039,88	4.210,34	1.401,84	0	5.166,44	0
Agosto	18.816,71	4.381,12	1.735,08	0		
Setembro	18.830,07	4.321,29	2.029,52	0		
Outubro	18.430,11	4.523,84	446,25	0	3.071,28	420,33
Novembro	19.551,04	4.636,44	2.330,39	70,33		
Dezembro	19.808,37	5.071,06	294,64	350,00		
Total	229.053,94	49.899,67	13.005,60	921,41	13.005,60	921,41

Fonte: Relatórios mensais da Usina da Ceilândia e Asa Sul.

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 9,54% em relação o ano 2015. A Usina de Tratamento da Asa Sul, que ficou paralisada nos 3 primeiros meses do ano 2015, operou com maior normalidade no ano 2016, contribuindo para o resultado observado, já que registrou 26.534,09 toneladas processadas em 2015 e 53.997,40 toneladas em 2016, ou 103,50% de acréscimo, com média de 4.499,78 t/mês. A Usina de Tratamento da Ceilândia teve decréscimo de 3,83% nos quantitativos processados, de 182.036,37 toneladas no ano 2015, para 175.056,54 toneladas em 2016, com média de 14.588,04 t/mês.

O custo médio do tratamento de resíduos nas usinas operadas pelo SLU registrou o valor de R\$ 59,10/t processada, sendo R\$ 58,36/t na usina da Asa Sul e R\$ 59,33/t na usina da Ceilândia.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno. Os materiais recicláveis coletados por organizações de catadores serão destinados para Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR's existentes, a serem construídas ou reformadas.

A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU e no Aterro do Jóquei somou 27.481,30 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros), 22,61% superior ao registrado no ano 2015. Ainda assim, não estão contabilizados nos quantitativos de triagem os materiais recicláveis coletados e comercializados pelas organizações de catadores que foram contratadas pelo SLU para realizar a coleta seletiva em 5 regiões administrativas do DF, devido à necessidade de capacitação de pessoas e sistematização das informações a serem trabalhadas, dificuldade encontrada em 2 organizações das 4 que foram contratadas. Convém salientar o quantitativo de materiais recicláveis oriundos do Aterro do Jóquei, 61,45% do total registrado, revelando que a atividade de triagem neste local é bastante relevante.

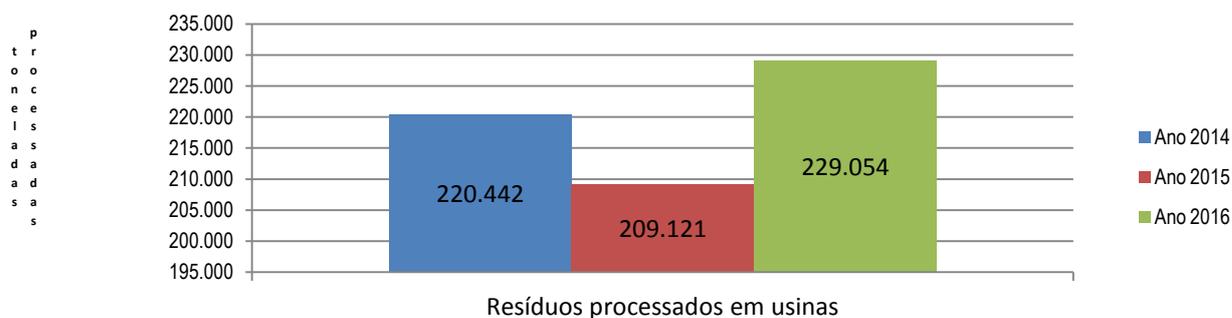
Tabela 6: Materiais recicláveis triados nas usinas de tratamento e no aterro do Jóquei

Resíduo Reciclável	Unidade Operacional			Total
	Usina Ceilândia	Usina Asa Sul	Aterro do Jóquei	
Papel	754,88	146,39	55,40	956,67
Papelão	1.861,42	400,49	2.404,86	4.666,77
Plástico	4.057,51	1.691,35	11.614,36	17.363,22
Madeira/osso/ outros	0,00	0,00	285,78	285,78
Sucata	962,12	295,50	2.525,45	3.783,07
Alumínio	208,24	214,96	2,59	425,79
Subtotal reciclados	7.844,17	2.748,69	16.888,44	27.481,30
Composto Orgânico	31.372,60	18.527,07	0,00	49.899,67
Rejeito	135.839,77	32.721,64	0,00	168.561,41
Processado	175.056,54	53.997,40	16.888,44	245.942,38

A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 49.899,65 toneladas de janeiro a dezembro de 2016, 31,36% superior ao registrado no ano 2015.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, ou seja, nas duas unidades de tratamento (Ceilândia e Asa Sul) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia), como também em organizações de catadores instaladas no DF.

Gráfico 6: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU



Disposição Final de Resíduos

O Aterro Controlado do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60 e recebeu em 2016 100% (cem por cento) dos resíduos coletados no Distrito Federal, aproximadamente 2.652t/dia de resíduos sólidos urbanos – RSU e cerca de 6.000 (seis mil) toneladas/dia de resíduos da construção e de demolição, além de resíduos volumosos, podas e parte das galhadas oriundas das atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Distrito Federal – NOVACAP. Excetuam-se os resíduos dos serviços de saúde - RSS, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2015, o Aterro Controlado do Jóquei recebeu cerca de 887.220 toneladas de resíduos domiciliares e outros resíduos previstos no contrato de aterramento, enquanto no ano 2016 a quantidade foi de 830.054 toneladas de resíduos sob contrato.

Nesse contexto, os impactos sobre os corpos hídricos tornam-se preocupantes, principalmente, diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por chorume por meio da infiltração no solo. Essa situação é ainda mais crítica, visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal (a Bacia do Lago Paranoá). Em um futuro próximo a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB pretende utilizar água do Lago Paranoá para abastecimento público do DF.

Houve decréscimo (6,44%) das quantidades aterradas de resíduos, possivelmente retratando a situação econômica vivida pelo País e ao maior controle do sistema de pesagem que passou a ser todo feito eletronicamente. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros, animais mortos coletados em vias públicas e resíduos de podas e galhadas provenientes da Novacap. O quantitativo aterrado de alguns destes resíduos foi de: lodos da Caesb (2.858,05 t); gorduras (247,77 t); animais mortos (62,18 t).

O encerramento de parte das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo aterro sanitário, localizado na Região Administrativa de Samambaia sofreu várias alterações de datas. Estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para outubro de 2016, e posteriormente para janeiro de 2017.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o antigo lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela ocupação no seu entorno por moradias precárias habitadas por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência e invasores. Registra-se ainda a presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem uma relação formal com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de trabalho, com riscos constantes de acidentes inclusive fatais, e representa um caso de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens retratando a situação degradante do trabalho ali realizado.

O acesso principal ao Aterro Controlado do Jóquei se dá pela Rodovia EPCL-DF-095/BR-070, conhecida como Via Estrutural, que liga o Plano Piloto a Taguatinga, dentro do Distrito Federal. O acesso à sua entrada principal se dá pela Quadra 12 da Cidade Estrutural, onde se encontra uma guarita para o controle de entrada de veículos carregados. Através da Quadra 5 localiza-se o acesso à entrada administrativa de pedestres e carros de passeio e utilitários.

A área destinada à implantação e operação do Aterro Controlado do Jóquei tem um formato trapezoidal, com o vértice do topo triangular apontando, aproximadamente, para o norte geográfico, e é de propriedade da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap em processo de transição para o SLU.

Foto 4 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – Brasília/DF (Imagem Google - 2014).



Foto 5 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – (novembro/2016)



São ainda diversos os planos elaborados, em especial ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do aterro do Jóquei. Devido ao contingente de catadores nas frentes de aterro, ocorrem freqüentes paralisações promovidas por eles mesmos, para protestar a respeito de demandas ou questionamentos, originando sobrecargas nos locais de armazenamento temporário (transbordos), como nas usinas de tratamento, provocando transtornos operacionais, ambientais e financeiros.

A entrada de alimentos vencidos originadas de redes de supermercados foi proibida no Aterro do Jóquei, evitando o consumo indevido, como também, sua comercialização desde julho de 2015.

Embora os esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU pretende permanecer com a área em atividade a ser utilizada apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil. Por meio de convênio com a NOVACAP está em curso processo para a contratação de empresa para a instalação de 2 balanças rodoviárias no local para o controle e cobrança dos resíduos depositados por particulares.

O Aterro Controlado do Jóquei possui uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil – RCC que se encontrava desativada, uma vez que a área estava ocupada pelos catadores. Após o remanejamento dos catadores para outro local dentro da mesma área, a central foi reativada e tem seu funcionamento interrompido sempre que há problemas de furto de parte dos equipamentos.

O licenciamento ambiental do Aterro do Jóquei foi solicitado à antiga Semarh sob o número: 191.000.906/1992. Esse processo está em análise no IBRAM, reúne informações gerais sobre o aterro, mas não há nenhuma licença ambiental concedida.

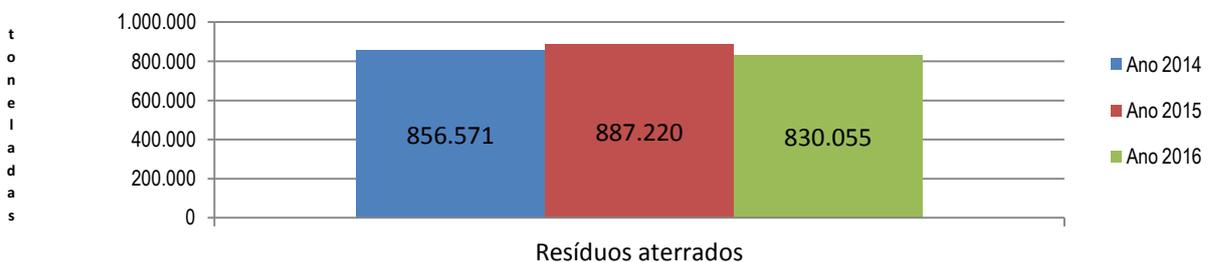
O Aterro Controlado possui ainda sistemas de drenagem dos líquidos percolados, de gás e drenagem externa superficial que estão sendo recuperados. Para reduzir os riscos de explosões e incêndios, o aterro está dotado de uma série de “queimadores de gases”, que realizam a combustão dos gases gerados no interior do aterro.

Apesar de todo o esforço e das melhorias operacionais implantadas, pode-se dizer que a situação do Aterro Controlado do Jóquei é ainda muito precária e incompatível com o padrão e a importância do Distrito Federal no contexto nacional.

No ano 2015, foi criado Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, devido às diversas irregularidades ali encontradas nos seus diferentes aspectos e definir os órgãos responsáveis para sanar os problemas identificados. O enfrentamento dos problemas ali identificados vão muito além daqueles sob a responsabilidade do SLU. Devido à amplitude dos problemas, houve a necessidade de seu enfrentamento por um conjunto de ações sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais. Dentre as ações que foram feitas no ano 2015 que fizeram o antigo lixão passar a ser considerado um aterro controlado temos: policiamento ostensivo e mais freqüente dentro e nas imediações do aterro, visando assegurar a ação de servidores e da direção do SLU e das empresas contratadas na realização de suas atividades; cercamento de toda a área; reforma das balanças para controle e pesagem de resíduos; foi impedido o recebimento de alimentos vencidos e vencidos; recuperada a posse do poço artesiano tomado por atravessadores para a lavagem de latinhas de alumínio; foram tomados e recuperados os equipamentos de recebimento e trituração e uso do entulho de construção civil para melhoria e abertura de acessos internos; acesso e controle de pessoas e veículos apenas pelas duas portarias existentes, e abertura de fosso profundo como também a recuperação sistemática da cerca de arame em torno do aterro. O acompanhamento das ações previstas no Plano de intervenção é constante.

Em decorrência do Decreto nº 36.757/15, de redução de despesas, foi reduzido o quantitativo de postos de fiscais de piso, e priorizado o controle de portarias e do acesso de pessoas no local.

Gráfico 7: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei



Aterro Sanitário de Brasília - ASB

O futuro Aterro Sanitário de Brasília, em construção para atender a todo o Distrito Federal, inicialmente denominado Aterro Sanitário de Samambaia em alusão à sua localização na Administração Regional, e posteriormente de Aterro Sanitário Oeste – ASO devido à sua localização relativamente ao Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP, é hoje o Aterro Sanitário de Brasília – ASB.

Localizado entre as Regiões Administrativas – RAs de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado pela empresa Cepollina Engenheiros Consultores S.A, no ano de 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal – ADASA com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A extensão total prevista para o aterro é de aproximadamente 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha), e de apoio administrativo e operacional, o poço de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, operada pela Caesb, e a área para disposição emergencial de resíduos de serviços de saúde. Adjacente ao ASB, existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro de aproximadamente 600.000 m² (60 ha). Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília passa a ser de aproximadamente 1.360.000 m² (136 ha).

O projeto prevê a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Sanitário de Brasília em quatro etapas. A tabela abaixo sistematiza a área de cada etapa, sua capacidade de recebimento de rejeitos e sua vida útil estimada.

Tabela 7 - Etapas da construção do Aterro Sanitário de Brasília no Distrito Federal

Etapa	Área (m ²)	Capacidade (t)	Vida Útil (anos)
Etapa 1	110.000	1.872.000	3,1
Etapa 2	122.000	1.990.000	3,2
Etapa 3	88.000	1.596.000	2,6
Etapa 4 – Coroamento	-	2.672.000	4,4
Total	320.000	8.130.000	13,3

Para a estimativa da vida útil das etapas foi considerada a demanda mensal média da ordem de 51.000 (cinquenta e uma mil) toneladas de resíduos. Essa estimativa considera, ainda, recalques conservadores da ordem de 20% (vinte por cento) e peso específico médio dos resíduos de 1,00 tf/m³, resultando em uma vida útil inicial do empreendimento de aproximadamente 13,3 anos. Para implantar e operar a Etapa 1 do Aterro Sanitário de Brasília, o SLU lançou em 2014 uma licitação, que foi vencida pelo consórcio GAE/CONSTRURBAN/DBO

Considerando a capacidade total de recebimento de rejeitos informada no projeto, 8.130.000 toneladas, e a demanda mensal de rejeitos gerada atualmente (75.000 toneladas/mês), a vida útil do aterro seria de aproximadamente 108 meses, ou seja, 9 anos. Ainda considerando essa demanda, a Etapa 1 do Aterro receberia rejeitos por aproximadamente 25 meses, ou seja, 2 anos e 1 mês. Há previsão de inauguração do ASB em janeiro de 2017.

Foto 6 – Visão geral do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 7 – Vista do acesso ao Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 8 – Vista da célula inicial do Aterro Sanitário de Brasília



Para a execução do projeto das unidades de apoio operacional e administrativo, bem como das obras de urbanização da área do Aterro Sanitário de Brasília – ASB foram celebrados convênios com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb para a contratação da execução dos serviços.

Foto 9: Vista da parte administrativa do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 10: Tanque para recebimento de chorume



Foto 11: Tanques para recebimento de águas pluviais



Foto 12: Placa com informação sobre a licença de operação do aterro



Tabela 8 - Objeto dos convênios

Convênio	Objeto
001/2012	Cercamento, portões de acesso, barreira vegetal, drenagem pluvial, vias de acesso e retornos na DF 180.
002/2012	Projeto executivo da estação elevatória e linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.
003/2012	Sistema viário interno, drenagem de águas pluviais e projetos executivos das edificações administrativas.
001/2013	Execução das edificações (prédio administrativo, prédio de apoio/administração, balança, portaria, guarita, oficina e estacionamento das edificações).

Os convênios celebrados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb não foram executados no tempo inicialmente previsto e foram aditados e prorrogados e ainda encontram-se vigentes.

Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentaram os seguintes resultados em relação ao ano 2015:

A lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres registrou decréscimo de 34,48% no quantitativo de lavagens efetuadas, e redução de 4,28% no quantitativo de equipes de trabalho. O custo médio deste serviço foi de R\$ 32.603,13/equipe para a lavagem de vias, e de R\$ 66.304,09/equipe para a lavagem de monumentos.

A coleta de animais mortos em vias públicas apresentou acréscimo de 11,14% no quantitativo de animais recolhidos, com o mesmo nº de equipe de trabalho. O custo médio foi de R\$ 74.284,48/equipe.

A catação de papéis em áreas verdes registrou resultado 4,93% superior ao verificado no ano 2015 em relação ao quantitativo de hectares conservados. Utiliza-se, nestes casos, variáveis como projeção de desempenho por trabalhador e nº de dias úteis trabalhados no mês. O custo médio verificado foi de R\$ 67.048,15/equipe.

A pintura de meios-fios registrou acréscimo de 26,24%. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para melhorar a condição de dirigibilidade de veículos. Com a nova contratação do lote 2 dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, foi introduzida a pintura mecanizada de meio fio neste lote, substituindo a pintura manual de meio fio. O custo médio destes serviços alcançou o valor de R\$ 93.007,94/equipe

Gráfico 8: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

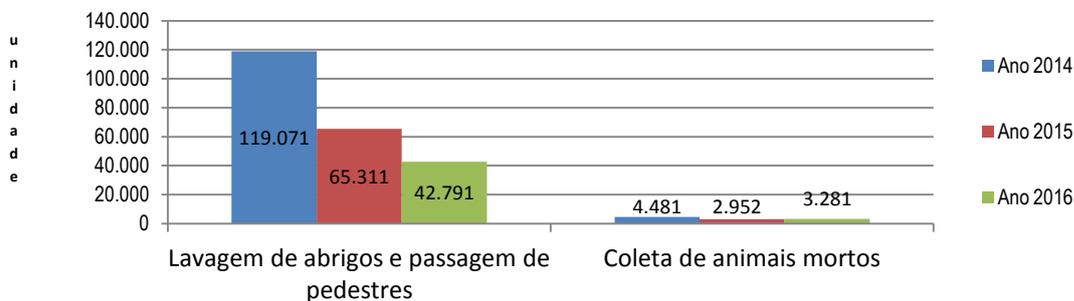


Gráfico 9: Pintura de meios fios

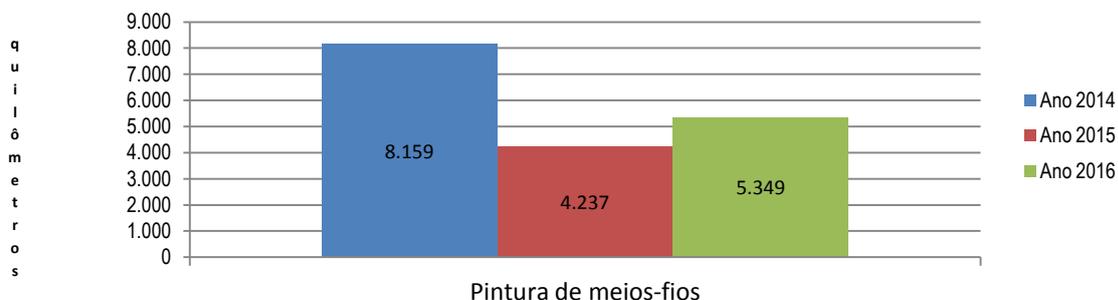
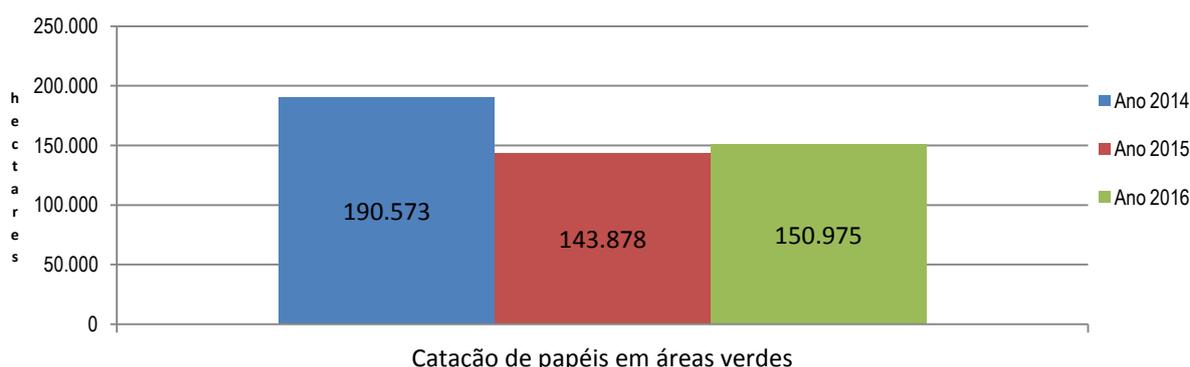


Gráfico 10: Catação de papéis em áreas verdes



Estes serviços complementares são medidos pelo fornecimento de equipes de trabalho. Em relação ao ano 2015, o quantitativo de equipes contratadas apresentou o seguinte resultado, conforme tabela:

Tabela 9: Quantitativo de equipes contratadas

Serviço	Unidade	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Comparativo 2015/2016 (%)
Lavagem de vias	Equipe	103,80	80,24	74,35	- 7,34
Lavagem de monumentos	Equipe	44,20	36,01	36,92	+ 2,53
Catação de papéis	Equipe	372,83	288,11	298,65	+3,66
Pintura de meios-fios	Equipe	71,02	37,11	46,74	+25,95
Serviços diversos	Equipe	527,27	391,89	438,94	+12,01
Coleta de animais mortos	Equipe	12,00	12,00	12,00	0

Coleta Seletiva

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em todo o Distrito Federal.

Devido à baixa qualidade do material coletado, o alto índice de rejeitos gerados, houve o desinteresse de algumas empresas contratadas na continuidade da prestação do serviço por alegações de alto custo e baixa eficiência econômica. Nesse sentido, o SLU optou pela avaliação das Regiões com melhor desempenho para a realização da suspensão da coleta seletiva naquelas que apresentavam maiores problemas operacionais. Foi, portanto, suprimida a coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Fercal e na área rural (desde março de 2015), e nas localidades de Park Way (exceto quadras 3, 4 e 5), Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Gama, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2 (desde 13 de dezembro de 2015). Apesar do SLU ter ampliado a prestação dos serviços da coleta seletiva por meio da outra empresa contratada, não foi possível reestabelecer a coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas – RAs onde ela foi suspensa. Nas regiões administrativas de Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e Brazlândia a coleta seletiva foi retomada por meio da contratação de 4 organizações de catadores a saber: Recicla Brasília, R3, Acobraz e Reciclo.

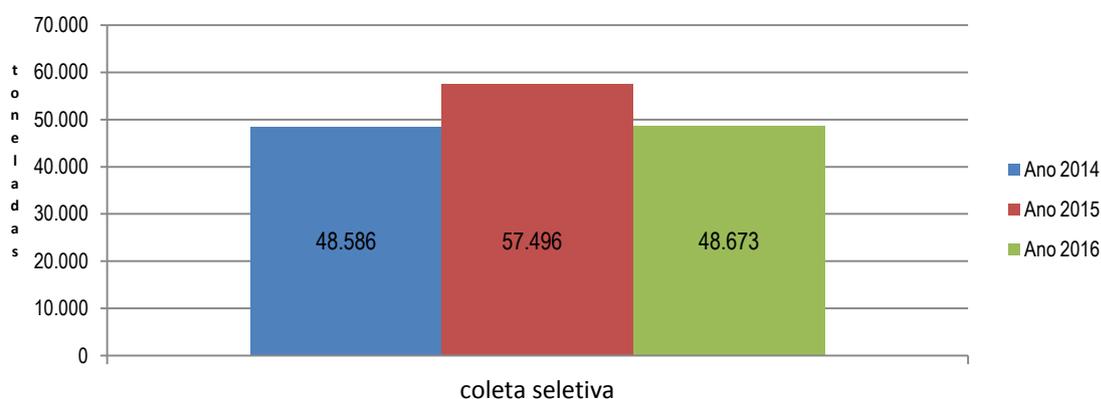
O SLU contratou em 2016 a construção de 6 Pontos de Entrega Voluntária – PEV, a ser chamado popularmente de “Papa Entulho” que deverá receber até um m³ de entulho da construção civil, galhadas, móveis inservíveis e materiais da coleta seletiva. Portanto, o SLU passará a contar com a coleta seletiva também ponto a ponto, onde a própria população faz a adesão ao Programa de Coleta Seletiva por meio do encaminhamento de resíduos recicláveis a este pontos. Foram visitadas as 31 Regiões Administrativas e identificados 58 locais que estão em análises junto à Terracap, para verificação das questões fundiárias, e junto à Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, para a análise das questões urbanísticas. O custo médio de cada unidade gira em torno de R\$ 140.000,00 a depender da área disponível e da infra estrutura existente.

Os contratos já firmados envolvem a construção de PEV's nas seguintes localidades:

- Núcleo de Limpeza de Taguatinga
- Núcleo de Limpeza de Brazlândia
- Núcleo de Limpeza de Planaltina
- Núcleo de Limpeza de Ceilândia
- Núcleo de Limpeza do Gama
- Usina de Tratamento do P-Sul - Ceilândia

No ano 2016 a coleta seletiva apresentou decréscimo nos quantitativos recolhidos, de 15,35%, justificado pelo cancelamento de contratos de coleta e à análise, em curso, sobre os locais onde a coleta seletiva terá melhor eficiência. O custo médio da coleta seletiva registrou R\$ 191,24/tonelada coletada.

Gráfico 11: Coleta Seletiva



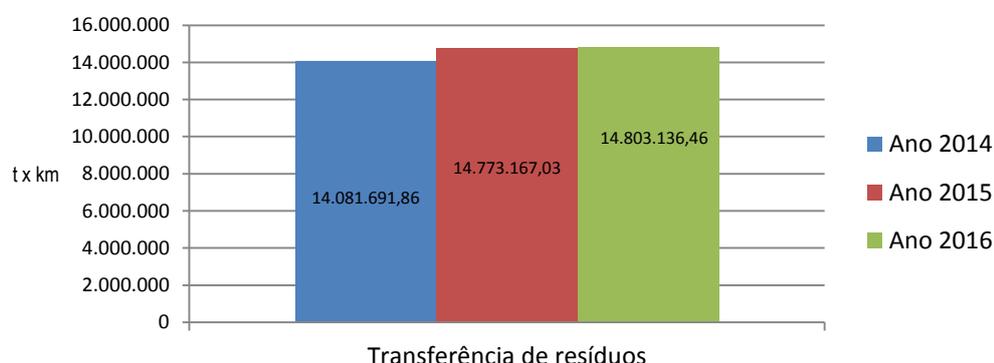
Transferência (transbordo) de resíduos

A transferência de resíduos, serviço inserido no lote 3 dos serviços de limpeza, é realizado em 7 situações distintas:

- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos do composto da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de composto virgem da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para usina de tratamento de resíduos da Ceilândia;

A unidade de medida para pagamento dos serviços é “t x km”, ou seja, a cada tonelada transportada e a cada km percorrido pagou-se, em 2016, o valor médio de R\$ 0,83. Os quantitativos transportados em 2016 foram ligeiramente superiores aos registrados em 2015.

Gráfico 12: transferência / transbordo de resíduos



Educação Ambiental

O SLU tem entre as suas atribuições à tarefa de promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais (Decreto Distrital nº 35. 972/2014, art. 1º, inciso X). Suas atividades consistem na sensibilização, conscientização sobre consumo consciente, coleta seletiva e manejo adequado dos resíduos sólidos. São oferecidas para as instituições públicas e privadas e população do Distrito Federal, as seguintes ações:

Palestras de Educação Ambiental e Coleta Seletiva

Ministradas de acordo com o público e localização (escolas, hospitais, hotéis, entre outros) as palestras abordam temas socioambientais: coleta seletiva, orientações e dicas de descarte adequado dos resíduos, uso dos 3R's, diferença entre aterro sanitário e lixão, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, compostagem, logística reversa e responsabilidade da sociedade pelos resíduos.

Contação de História

Atividade voltada para o público infantil. As apresentações: “Dona Pet e seus Amigos” e “Vestidinho Azul” usam o meio ilustrativo didático, despertando a atenção das crianças para atitudes cidadãs de não jogar lixo no chão, do correto descarte de resíduos e, da coleta seletiva.

Apresentação Teatral

Os dois tipos de apresentações realizadas pelo grupo da “Arte Seletiva” de teatro do SLU são: “A Riqueza do Lixo”, voltada para o público juvenil e adulto, e “Mamulengo Reciclador”, abordam temas do manejo dos resíduos, coleta seletiva, reutilização e reciclagem, por meio de música, dança e uso de bonecos fantoches.

Visitas Guiadas nas unidades do SLU

São ofertadas visitas guiadas nas unidades operacionais do SLU para grupos de estudantes, pesquisadores, órgãos públicos entre outros. As visitas possuem cunho educativo, e despertam a dimensão da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos pelo SLU.

Unidades abertas para visitas com agendamento prévio:

- Aterro Controlado do Jóquei na Cidade Estrutural;
- Aterro Sanitário de Brasília – ASB;
- Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul
- Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia;
- Museu da Limpeza Urbana.

Reuniões Comunitárias

Com a reimplantação da Coleta Seletiva em alguns pontos, principalmente os quais contam com cooperativas para a coleta dos resíduos recicláveis, como em Santa Maria, Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Samambaia, foram realizadas reuniões com a comunidade e entrega de panfletos para sensibilizar a importância da coleta seletiva e o horário da mesma nos domicílios e comércio.

Olimpíadas e Programa de Voluntariado para a Coleta Seletiva

Em 2016, aproveitando o viés sustentável das Olimpíadas Rio 2016, o SLU selecionou voluntários, por meio do Programa Brasília Cidadã, para participarem na orientação da separação dos resíduos para a coleta seletiva durante os jogos de futebol que aconteceram na cidade. Como a maior parte dos ingressos foram vendidos para cidadãos brasileiros, espera-se que esta ação repercuta em uma maior participação da população local na coleta seletiva.

A ação contou com o apoio de 14 voluntários treinados pelo SLU, para as ações de abordagem e orientação aos torcedores, apontando correto descarte dos resíduos sólidos gerados no interior do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha – ENB.

Curso Hortas Urbanas e Manejo dos Resíduos Sólidos

Uma parceria do SLU, EMATER e a Regional de Ensino de Brazlândia, o curso de capacitação para servidores de escolas públicas da cidade apresentou diversos temas relacionados às atividades dos órgãos envolvidos: manejo de hortas, compostagem, e temas como “Política Nacional dos Resíduos Sólidos”, “Logística Reversa”, “caracterização de lixões”, e “coleta seletiva nas escolas”, entre outros.

Plantio de Flores na Escola Classe Guariroba

Como continuidade ao “Projeto de educação ambiental para a comunidade escolar e do entorno do Aterro Sanitário de Brasília - ASB”.

Programa Qualifeira

Programa de Capacitação de Feirantes promovido pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, que contou com a parceria do SLU com palestras, orientações e dicas para o correto manejo dos resíduos gerados nas bancas e implantação da coleta seletiva.

Capacitação dos Professores

Realizado pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação-EAPE o curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal para professores da Secretaria de Educação de Brazlândia, Paranoá e Plano Piloto. Foram 60 horas divididas entre SLU, CAESB e ADASA, sendo certificados 29 professores em dezembro de 2016.

Exposição Catadores de História - “Reflexões sobre “Lixo”, Consumo e Impermanência”

A exposição contou com o apoio do SLU. Utilizaram alguns objetos do acervo do Museu da Limpeza Urbana. Apresentações do Grupo de Teatro Arte Seletiva do SLU para grupos escolares e orientação aos visitantes quanto ao descarte adequado e coleta seletiva.

O evento fez parte de um conjunto de ações de divulgação do longa metragem “Catadores de História” que foi lançado no dia 25 de setembro, no Cine Brasília.

Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica

A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal –Secult em conjunto com o Ministério da Cultura firmou o Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica. A parceria com o SLU contou com apresentações do grupo de teatro em parques urbanos da cidade.

Expocon

Participação com um stand no “II Fórum Sobre Resíduos Sólidos”, durante a Expocon (Condomínios & Cidades) nos dias 29, 30 de setembro e 1 de outubro, com orientações a respeito da gestão dos resíduos sólidos e coleta seletiva em condomínios, e uma exposição itinerante de algumas peças do acervo do Museu da Limpeza Urbana.

Participação na 13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)

Realizada em Brasília de 18 a 21 de outubro de 2016, com montagem de uma exposição com o tema da Semana: Alimentação, Geração de Resíduos e Tecnologias de Tratamento. A exposição apresentou, de forma lúdica e atraente, jogos interativos, apresentações teatrais, oficinas de compostagem, maquetes em cortes verticais para destacar a diferença entre um Lixão e um Aterro Sanitário, folders explicativos, banners e materiais que foram reaproveitados, e um Ecoponto.

I Encontro de Educação Integral

Participação no evento Colóquios e Diálogos – Primeiro Encontro de Educação Integral ministrando a oficina “Coleta Seletiva e Compostagem nas Escolas”, atendendo 4 turmas em dois períodos, no total de 60 professores.

Mobilização social sobre os Contêineres Semienterrados

No dia 25 de novembro de 2016 ocorreu mobilização social informando sobre a instalação de 10 contêineres semienterrados, apelidados de “papa lixo” no Setor Habitacional Sol Nascente.

Com objetivo de sensibilizar e orientar a população para a colaboração com a limpeza do bairro, foram distribuídos nas casas e ruas 9 mil panfletos para a comunidade. O trabalho também contou com projetos paisagísticos nos contêineres realizados por grafiteiros da cidade de Ceilândia.

Plantio de Mudanças no Aterro Sanitário de Brasília

A fim de agregar os estudantes e professores da Escola Classe Guariroba com a obra no Aterro Sanitário de Brasília, ocorreu a execução do projeto paisagístico do aterro, onde as crianças da escola plantaram mudas, com o auxílio da equipe da ASGAM e TERRACAP.

Exposição de Educação Ambiental STJ-DF

Exposição de maquetes sobre a diferença entre Aterro Sanitário e “Lixão”, e orientações sobre a Coleta Seletiva aos servidores do Superior Tribunal de Justiça do DF.

Concursos para a promoção da cidadania e educação ambiental

Em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) o SLU apoiou os concursos: “Água da Chuva: É pro Lago que eu vou, quero ir limpinha”, onde 29 grafiteiros do DF pintaram 57 bocas de lobo em 17 regiões administrativas, e “Saneamento nas Escolas: Nós fazemos”: 24 escolas públicas e privadas do Distrito Federal participaram do concurso, e apresentaram projetos acerca da situação do saneamento básico no contexto da escola e de seu entorno.

Tabela 9: Atividades de educação ambiental realizadas no ano de 2016.

Atividades Realizadas	Nº De Ações	Participantes
Camaval	4	600
Palestras	40	3.182
Contação de História	10	1.627
Apresentação Teatral	28	1.635
Aterro Controlado do Jôquei-Acj	22	542
Aterro Sanitário de Brasília-Asb	2	60
Usina/ Museu da Limpeza Urbana	13	332
2ª Corrida "O Gari Mais Veloz De Brasília"	1	398
Reuniões Comunitárias	5	273
Plano Distrital de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	5	500
Olimpiadas e Programa De Voluntariado para a Coleta Seletiva	1	1214
Curso Hortas Urbanas E Manejo dos Resíduos Sólidos	1	13
Escola Classe Guariroba	2	600
Plantio de Flores na Escola Classe Guariroba	1	40
Curso de Manejo de Resíduos Em Escolas De Brazlândia	1	25
Capacitação das Cooperativas	1	40
Parceria Segeth "Projeto Qualifeira"	2	72
Parceria Seedf "Capacitação dos Professores"	1	29
Exposição "Catadores de História"	1	300
Parceria Secult "Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica"	1	100
Expocon	1	100
13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)	1	700
I Encontro de Educação Integral	1	60
Mobilização Social Sobre os Contêineres Semienterrados	1	9.000*
Plantio de Mudas No Aterro Sanitário De Brasília	1	40
Exposição de Educação Ambiental Stj-Df	1	100
"Água da Chuva: e Pro Lago Que Eu Vou, Quero Ir Limpinha":	1	29
"Saneamento nas Escolas: nós Fazemos"	1	24
Total	135	21.635

*Distribuição de Panfletos em conjunto com a empresa prestadora de serviços de limpeza